

Autores | Authors**Gláucia Tomaz Marques Pereira***

gltomazmt@hotmail.com

Karla Rodrigues Mota**

karla_mota@msn.com

Paulo Roberto de Oliveira Santos***

po.comunica@hotmail.com

Claudia Helena dos Santos Araujo****

helenaclaudia@gmail.com

PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS EM ESPAÇO NÃO-FORMAL DE ENSINO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EM ANÁPOLIS***INCLUSIVE EDUCATIONAL PRACTICES IN NON-FORMAL EDUCATIONAL SPACE OF THE ASSOCIATION OF PARENTS AND FRIENDS IN ANAPOLIS***

Resumo: Esse escrito tem como tema as práticas educativas inclusivas em espaço não-formal de ensino na perspectiva da formação omnilateral e integradora do trabalho. O intuito principal é identificar se a categoria trabalho é utilizada como um princípio educativo nas práticas educativas inclusivas no Programa Formação Inicial para o Trabalho da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-Anápolis. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, estruturada nas etapas de visita e observação *in loco*; entrevistas semiestruturadas; registros de imagem e vídeo e catalogação das fontes documentais. A partir da vivência experimental observou-se que as práticas educativas do programa em investigação permitem ao estudante participar do processo produtivo como um todo, retomando a face ontocriativa do trabalho; bem como corroboraram para a inclusão em atividades primárias do mundo do trabalho.

Palavras-chave: inclusão, trabalho como princípio educativo, formação omnilateral.

Abstract: *This paper has as its theme the inclusive educational practices in non-formal teaching space from the perspective of the omnilateral and work-integrating formation. The main purpose is to identify if the work category used as an educational principle in the inclusive educational practices in the Initial Formation Program for the Work of the Association of Parents and Friends of the Exceptional-Annapolis. It is a qualitative research, structured in the phases of visit and observation in loco; semi-structured interviews; image and video records and cataloging of documentary sources. From the experimental experience, it observed that the educational practices of the program under investigation allow the student to participate in the productive process as a whole, taking up the ontocritical face of the work; as well as corroborated for inclusion in primary activities of the world of work.*

Keywords: *inclusion, work as an educational principle, omnilateral training.*

Introdução

Este manuscrito versa sobre as práticas educativas inclusivas em espaço não-formal de ensino, utilizando como *lócus* investigativo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Anápolis. Apresenta como objetivo principal a tentativa de identificar, dentro da referida instituição, se a categoria trabalho é utilizada como um princípio educativo

nas práticas educativas do Programa Formação Inicial para o Trabalho (FIT). Os objetivos específicos desdobram-se a partir do intuito principal, a saber: historicizar, de forma breve, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-Anápolis; contextualizar o Programa de Formação Inicial para o Trabalho; compreender o caráter das práticas educativas que alicerçam o programa Formação Inicial para o Trabalho e Educação Especial de Jovens e Adultos; investigar se o referido programa permite a formação omnilateral de seus estudantes; apresentar as diferentes perspectivas de mercado e mundo do trabalho; e contribuir para a produção do conhecimento acerca da Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que a omnilateralidade é um horizonte de formação humana. Nessa perspectiva, todos os indivíduos devem ser educados para pensar e atuar, visando formar o homem completo, um produto que, segundo Manacorda (2011), requer uma perspectiva educativa a qual integre teoria, prática e instrução tecnológica. Esse ideal formativo permite que o indivíduo associe pensamento e ação, trabalho manual e trabalho intelectual, uma integração que para ser alcançada carece de uma apresentação contra-hegemônica da categoria trabalho, não mais fragmentada, não mais cindida, mas sim na sua totalidade. Sob esse pilar, o trabalho pode emergir como princípio educativo fazendo o sujeito compreender que ele, enquanto homem se faz pelo trabalho.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Anápolis é uma instituição não governamental que atende pessoas com necessidades específicas em todas as instâncias da saúde, da educação e da inclusão social. O Laboratório; o Ambulatório Multi-Especializado; o Centro Especializado em Reabilitação e a Escola Maria Montessori são unidades que oferecem atendimentos diversos à população. Cada unidade tem as suas especificidades em relação ao tratamento, a saber: estabelecimento de diagnóstico; acompanhamento especializado; aconselhamento genético; prevenção; investigação de doenças raras; integração social; educação; orientação e apoio às famílias das pessoas atendidas na instituição.

Dentre as várias ações realizadas na instituição, a Escola Maria Montessori se apresenta como “célula-mãe” da APAE Anápolis, que tem como objetivo cumprir ideais de solidariedade e assistências às pessoas com deficiência intelectual e múltipla (APAE, 2017).

Conforme a APA (2014), a Deficiência Intelectual é um transtorno que tem marco inicial no período de desenvolvimento, que “inclui déficits funcionais, tanto intelectuais, quanto adaptativos, nos domínios con-

ceitual, social e prático” (p. 33). Nas funções intelectuais a pessoa apresentará déficits nas habilidades cognitivas, tais como prejuízo no “raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência” (idem). Nas funções adaptativas, apresentam déficits que consistem em “fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social” (idem).

Portanto, as pessoas diagnosticadas com Deficiência Intelectual necessitam de apoio continuado e tratamento para que não tenham limitados o funcionamento ou participação em atividades de vida diária, comunicação, social e vida independente. As deficiências múltiplas correspondem à associação de deficiências simultâneas, sejam elas intelectuais, físicas, emocionais, linguagem e distúrbios neurológicos.

Em Gomes *et al* (2007), a pessoa em situação de deficiência pode “sentir-se discriminada em um ambiente que lhe impõe barreiras e que só destaca a sua deficiência ou, ao contrário, ser acolhida, graças às transformações deste ambiente para atender às suas necessidades” (p. 13). Portanto, é necessário que seja oferecido para esses estudantes um Atendimento Educacional Especializado.

Côncisa dessa necessidade, a escola Maria Montessori, da APAE-Anápolis, tem como cerne a inclusão dos estudantes com deficiência intelectual e ou múltiplas nas várias instâncias da vida humana. Dessa forma, os estudantes matriculados são acompanhados por profissionais capacitados e os programas educacionais são realizados conforme as necessidades e os diferentes níveis de comprometimento. Atualmente, os programas compreendem a Educação Precoce; Ensino Fundamental no Período Inicial; Educação Especial de Jovens e Adultos (EEJA) associada à Formação Inicial para o Trabalho (FIT)¹; Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Projetos Pedagógicos Específicos (PPE). Destes, após análise minuciosa, selecionou-se o programa FIT para que pudesse ser realizado o estudo, tanto pela estrutura do programa quanto pelas práticas educativas realizadas.

A relevância desse escrito se inscreve no objetivo que orientou a pesquisa desenvolvida, ou seja, identificar se a categoria trabalho é utilizada como um princípio educativo nas práticas educativas inclusivas no FIT da APAE-Anápolis. Esse objetivo deriva da problemática acerca da possibilidade das práticas educativas in-

1 Todas as informações mencionadas nesse trabalho sobre o programa FIT têm como referência as entrevistas realizadas ao gestor e seis professores do programa. Outras foram obtidas no site da APAE-Anápolis e material pedagógico do programa.

clusivas em espaço não-formal de ensino serem viabilizadas na perspectiva da formação omnilateral e integradora do trabalho, ou seja, de uma formação que contemple ao estudante a participação autônoma na sociedade.

O programa FIT foi fomentado em 2007 e tem como objetivo facilitar o ingresso do estudante com deficiência intelectual e/ou múltipla no mundo do trabalho. Em 2018 eram 141 estudantes inseridos no programa e, destes, 66 foram encaminhados para diferentes áreas de atuação de empresas e segmentos.

O tempo de formação do estudante dentro do programa é de dois anos e nesse tempo de formação é organizado um trabalho pedagógico de modo a possibilitar que eles trabalhem de forma autônoma, incluindo aprendizados sobre pontualidade, responsabilidade, documentação, organização, entre outros. Após desempenhado esse tempo, o estudante é inserido numa atividade laborativa.

Os critérios de inclusão para o programa é que o estudante tenha, no mínimo 15 anos, autonomia básica de independência na residência, autocuidado e não é critério de inclusão que esses estudantes estejam na rede regular de ensino. O critério de exclusão são todos aqueles que são beneficiados pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)².

A primeira etapa do programa é a escolarização do estudante, pois as noções básicas educacionais são agentes importantes para o ingresso no trabalho. Para os gestores da escola, a escolarização do estudante é uma necessidade que atende a realidade atual da *empregabilidade* (grifo nosso), pois, conforme exposto pelos gestores, a exigência mercadológica busca critérios específicos para a contratação. Para tanto, esse estudante participa da Educação Especial de Jovens e Adultos (EEJA), onde ele é alfabetizado, compreendendo sua capacidade³.

A EEJA tem como objetivo ofertar ensino a pessoas com defasagem de idade/ano escolar, por ter ingressa-

do na escola e não ter dado continuidade aos seus estudos ou nunca ter frequentado uma escola devido à condição de déficit intelectual ou outras defasagens que caracterizam o estudante com Deficiência Intelectual/Múltipla. A EEJA prevê a articulação direta com o programa de formação para o trabalho (FIT) (APAE, 2017).

O estudante é estimulado à autogestão, conscientização e compreensão das suas limitações e potencialidades, tendo como procedimento pedagógico a participação dos estudantes em módulos que são ministrados de acordo com carga horária específica, observando o conteúdo (relevância, complexidade e objetividade): Habilidades básicas - cidadania, identidade e família; trabalho e cidadania; meio ambiente e cidadania; Habilidades específicas – ética pessoal e profissional; cidadão e o *mercado* de trabalho (grifo nosso); profissões; trabalho e o trabalhador; emprego e desemprego; senso de organização; como ser incluído no *mercado* de trabalho; Habilidades de gestão – autogestão, autonomia com responsabilidade (gestão financeira) e *mercado* de trabalho. Eis um desafio!

Vale ressaltar que as expressões mundo do trabalho e mercado de trabalho apresentam conotações distintas. O termo mercado de trabalho apresenta aproximação com as relações econômicas capitalistas, as quais se pautam na busca pelo lucro e na exploração do trabalhador, fatores que impulsionam a 'produção' de um indivíduo empregável. Em contrapartida, a perspectiva deste escrito ancora-se na expressão "mundo do trabalho", assim como utilizada por Antunes (2007), aproximando-se da compreensão do trabalho enquanto instrumento de manutenção e promoção da vida humana e das relações sociais e econômicas, sendo o eixo estruturador da sociedade.

Deste modo, a utilização do termo "mercado de trabalho" neste escrito refere-se apenas à organização curricular do programa FIT APAE-Anápolis. Contudo, na pesquisa realizada, pôde-se perceber que apesar do uso de terminologias mercadológicas, o programa tem vistas à emancipação desse estudante no mundo do trabalho. Além do mais, o autor assegura que a expressão mundo do trabalho perpassa o sentido laboral e produtivo, sendo compreendido como o conjunto das ações materiais e imateriais de produção da existência humana bem como as relações sociais inerentes à realização deste trabalho, as quais ditam a organização da sociedade, seu desenvolvimento, suas transformações e a perpetuação da espécie humana (ANTUNES, 2007).

O programa FIT organiza-se em módulos, os quais têm como objetivo ensinar sobre temas diversos, tais como família, valores humanos, higiene, deficiência⁴ e inclusão social. A família também é inserida no proces-

2 O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da [Lei Orgânica da Assistência Social \(LOAS\)](#) garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente (BRASIL, 2018). As pessoas beneficiadas pelo LOAS, muitas vezes são incentivadas pela família ou até mesmo recusam oferta de trabalho para não perder o benefício. Portanto, foi estabelecido como critério de inclusão do programa que a pessoa não receba esse benefício do governo.

3 Mesmo que o aluno não saiba escrever, ele terá habilidades para socialização e comunicação verbal.

so, pois para que esse estudante seja inserido no mundo do trabalho é necessário um trabalho de parceria entre escola, família e estudante.

Como a Escola Maria Montessori não tem verba destinada para manutenção dos programas educativos, são realizadas arrecadações de produtos diversos e venda de latas, garrafa pet, papel, embalagens de leite e materiais reciclados. O dinheiro obtido retorna para um caixa específico revestido para a compra de materiais necessários para manutenção do programa. A arrecadação financeira é uma etapa que também funciona como um processo educativo do estudante para gestão financeira, evitando gastos desnecessários e aprendendo a usar adequadamente o dinheiro recebido. Além da educação financeira, o estudante é ensinado a gerir o tempo, organizar o espaço em uma participação ativa dentro das atividades da escola.

Apesar de o programa preparar o estudante para atender determinadas *exigências mercadológicas*, observa-se que objetivo principal do projeto é a inclusão e a formação plena da pessoa com deficiência. Dessa forma são trabalhadas as potencialidades de cada estudante para que ele seja inserido nas atividades de maior adequação, considerando seus talentos e suas habilidades.

As oficinas oferecidas pelo programa são: reciclagem; culinária; horta e jardinagem; iniciação de corte e costura; serigrafia e limpeza. Para tanto, uma estratégia estabelecida no programa FIT é a observação do estudante, no período de 21 dias, em cada uma dessas oficinas. Nesse ínterim, a gestora e os professores observam a participação do estudante em cada oficina e definem qual prática educativa ele se ambienta melhor.

O programa assevera também a necessidade de trabalhar o perfil profissional, oportunizando suprir algumas dificuldades que os estudantes possam apresentar, tais como o cumprimento de horário, o uso de uniforme, a higiene, e outras situações do dia a dia que a pessoa com necessidade específica precisa vivenciar para ser aceito no “mercado de trabalho”.

Materiais e Métodos: o percurso e *corpus* de uma pesquisa em Inclusão e Educação Profissional e Tecnológica

Esse estudo apresenta como objeto as práticas educativas voltadas ao mundo do trabalho dos estudantes da APAE - Anápolis. Inserido dentro do campo da educação, fundamenta sua metodologia em Ludke e André (1986), materializando as etapas necessárias ao

desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo que, segundo Ludke e André (1986, p. 8) é justificada pela capacidade do pesquisador manter “um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem naturalmente”.

A investigação foi metodologicamente estruturada nas etapas de revisão de literatura e abordagem qualitativa com visita e observação *in loco*; entrevistas semiestruturadas; registros de imagem e vídeo e catalogação das fontes documentais realizadas no período de quatro meses no ano de 2018.

A base teórica fundante para compreensão do mundo do trabalho se constitui nas perspectivas elencadas por Antunes (2007), Ciavatta (2005), Ramos (2009) e Kuenzer (1995). No tocante à inclusão os autores foram Domingos (2005) e Maturana & Mendes (2017).

O estudo de revisão de literatura foi realizado com base nos periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)⁵, no período de 2014 a 2019, visto a importância de buscar recentes fontes de referência. O descritor eleito para o estudo foi deficiência *and* mundo do trabalho, sendo descartados quaisquer descritores relacionados à categoria mercado de trabalho e afins, pois, o objeto deste estudo é o trabalho como princípio educativo. Os critérios de inclusão eleitos foram artigos, com textos completos em língua portuguesa e publicações referentes aos últimos cinco anos de pesquisa (2014-2019). Os critérios de exclusão foram textos incompletos, em língua estrangeira e/ou não desenvolvidos no Brasil e cuja temática não se adequasse aos critérios estabelecidos.

Outrossim, este manuscrito se constitui de uma pesquisa qualitativa a qual se ancora no confronto entre “os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 1). Visando atingir o objetivo central dessa pesquisa, utilizou-se das seguintes etapas e instrumentos de coleta de dados:

- a) Visita e observação da Escola Maria Montessori da APAE-Anápolis, na qual os pesquisadores assumiram o papel de “participante observador” (LUDKE e ANDRÉ, 1986), revelando apenas parte da sua intenção de pesquisa, porém assumindo sua identidade de observador. Nessa etapa foi possível conhecer o espaço físico e estrutura das salas de aula, espaços de convivência, salas para atendimentos terapêuticos,

5 As bases de dados da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) incluem Scielo Brazil, Web of Science, Science Direct, OneFile (GALE), Pubmed (Medline), Wiley Online e Springer

4 O objetivo do ensino sobre a educação é para autoconhecimento em uma estratégia psicoeducativa.

quadra de esportes, parque, piscina, horta e jardim.

- b) Entrevista semiestruturada com um quantitativo de quinze (15) estudantes, uma (1) coordenadora, seis (6) professores e uma (1) diretora da escola. A entrevista foi realizada em dois momentos nos meses de março e abril de 2018, com duração de aproximadamente duas horas em cada visita. O conteúdo da entrevista pautou sobre a organização, o desenvolvimento e a permanência do aluno no programa FIT, o acompanhamento por parte da coordenação e dos professores do aluno no mundo do trabalho. A entrevista foi registrada em áudio e posteriormente transcrita, o que possibilitou o conhecimento detalhado sobre o programa e seu funcionamento.
- c) Visita *in loco* em cada oficina: ♦ Horta e jardinagem – sendo que para a horta é reservado espaço específico de cultivo e a jardinagem compreende todo o espaço externo da escola; ♦ A culinária é realizada em uma sala específica com estrutura para panificação e conservação dos alimentos; ♦ A costura, a serigrafia e a arte são realizadas em salas independentes com estrutura para o desenvolvimento de cada prática educativa; ♦ O EEJA é ministrado em uma sala de aula da Escola Maria Montessori.
- d) Acompanhamento de cerca de 35 estudantes, sendo o contato realizado em dois momentos no período matutino e vespertino. Compreendendo que os estudantes estavam em atividades extracurriculares, não foi possível acompanhar todos os estudantes matriculados no FIT.
- e) Registros de imagem e vídeo das práticas educativas realizadas tanto no programa EEJA quanto no FIT⁶. O meio utilizado para realização dos vídeos, fotografias e gravação da entrevista foi o uso de um celular, do tipo *Smartphone Android*.
- f) Catalogação dos documentos normativos que norteiam os referidos objetos de estudo – a catalogação se deu a partir de cópias de algumas páginas do documento referente ao currículo do Programa FIT. As cópias foram entregues aos pesquisadores pela coordenação do programa FIT no dia da entrevista.

Por fim, foi realizada a análise dos dados coletados, elaborando proposições, dialogando com o referencial teórico e registrando os comentários relacionados às informações ao longo da etapa de coleta, tendo como primado ultrapassar a descrição dos dados, “buscando acrescentar algo à discussão já existente so-

bre o assunto focalizado” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 49). Ir para além de uma aparência imediata.

Resultados e Discussão

Relevância e indicadores sociais da deficiência no mundo do trabalho

O estudo de revisão de literatura apresentou-se como um caminho relevante para desvelar os indicadores atuais sobre a temática. Inicialmente foram encontrados 35 artigos, porém, a partir dos critérios propostos, foram utilizadas estratégias de refinamento de pesquisa que provocaram uma diminuição neste quantitativo de trabalhos selecionados. A exclusão de manuscritos ocorreu, principalmente, ao promover a leitura completa dos resumos e localização dos descritores “deficiência” e “mundo do trabalho” no corpo do texto. Os referidos descritores foram escolhidos a partir da objetivação desta temática, ou seja, as práticas educativas inclusivas para o “mundo do trabalho” enquanto princípio educativo. Desta forma, seguindo os critérios e estratégias de refinamento, foram selecionados cinco (5) artigos.

Destaca-se que os artigos não selecionados apresentaram, em suma, a temática sobre diversidade; educação de jovens e adultos não deficientes; PRONATEC; feminismo; professor e sala de aula; formação profissional; ação sindical; trajetória terapêutica familiares; *call center* em Portugal; associativismo, entre outros. No quadro 1, serão apresentados os resultados principais encontrados nos artigos selecionados conforme os critérios estabelecidos.

Dos artigos selecionados, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pelos autores Hahn et al (2018) e Melo & Moura (2017), por apresentarem estudos importantes relacionados à deficiência, mundo do trabalho e educação profissional no Brasil. Segundo Melo & Moura (2017) o Plano Nacional de Educação (PNE) coaduna para a expansão da Educação Profissional no Brasil, contemplando estratégias que fomentam a expansão de matrículas gratuitas para pessoas com deficiência do ensino médio integrado à educação profissional. Afirma, ainda, a ampliação e expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio; e, oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração com apoio de entidades privadas e de formação profissional, e de entidades sem fins lucrativos. Os autores, ainda destacam que

É importante destacar o intento de expandir o atendimento do Ensino Médio Integrado gratuito para as

6 Tais registros foram anteriormente autorizados, visto que a Escola Maria Montessori disponibiliza de autorização prévia dos ESTUDANTES e familiares.

populações do campo, de comunidades indígenas e quilombolas e para as pessoas com deficiência, grupos historicamente subalternizados. Ressaltamos mais uma vez, que a oferta gratuita não garante a priorização da oferta pública, ou seja, os cursos podem ser ofertados de modo gratuito via esfera privada. Além disso, foram também contempladas estratégias que visam ampliar investimentos em programas de assistência estudantil, gerando ações necessárias à permanência do educando (MELO & MOURA, 2017, p. 12).

Quadro 1 - Artigos selecionados – resultados principais

CAPES		
TÍTULO	REFERÊNCIA	CORRELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO
As mudanças no sistema financeiro e as estratégias da ação sindical: o caso do Sindicato dos Bancários de São Paulo COLOMBI, A. P. F.; KREIN, J. D.	Sociol. Antropol. Rio de Janeiro, v.06, ano 02, pp 469– 496, agosto, 2016	Os autores apresentam um estudo sobre o movimento sindical da categoria bancária em São Paulo. O artigo não trata especificamente de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, mas considera que com “as novas tensões sociais, a categoria ampliou sua agenda” (...) tal como a necessidade de formação, a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, um plano de carreira e garantia dos direitos (p. 476).
Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil PRONI, T. T. R. W.; PRONI, M. W.	Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 26, ano 1: e41780, 2017	Os autores apresentam no estudo o problema da discriminação de gênero no trabalho. Contudo, sobre a pessoa com deficiência retrataram a realidade da empresa Magazine Luiza que, além de ser presidida por uma mulher, foi classificada “entre as dez melhores empresas para trabalhar no Brasil”. (...) No Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015 da empresa foi “destacada a importância dos colaboradores e (...) ressaltada a inclusão de pessoas com deficiência” (p. 13).
Estratégias intersetoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte VEIGA, L.; BRONZO, C.	Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, vol. 48, ano 3, pp:595-620, maio/jun. 2014	“O artigo analisa a experiência do Programa BH Cidadania, desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte (...) uma estratégia de articulação intersetorial de serviços e setores na ponta para ampliar as possibilidades de ações mais efetivas de inclusão social” (p. 595). No estudo, as autoras refletem sobre a deficiência no caráter de vulnerabilidade, desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho, apresentando no escrito os serviços de atenção à saúde para esses indivíduos.
Inclusão social de pessoas com deficiência por empresas na região da grande Florianópolis/SC HAHN, A. K.; CITTADIN, J. SEHNEM, S.; NUNES, N. A.	Revista Metropolitana de Sustentabilidade, Volume 8, Número 2 (Mai./Ago.2018)	O artigo procurou avaliar em que medida as práticas das ações de uma ONG situada na grande Florianópolis/SC, que visa a inserção profissional de pessoas com deficiência (PCDs), viabilizam a inclusão social. Os autores observaram que, para promover a inserção no mercado de trabalho, a ONG conta com a participação de APAES e de Empresas, além de estratégias específicas para preparar esse deficiente para o trabalho.
PNE (2001-2010), PNE (2014-2024): orientações para a Educação Profissional no Brasil MELO, T. G. S.; MOURA, D. H.	HOLOS, Ano 33, Vol. 03, 2017	Os autores tratam de analisar o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com foco na expansão e privatização da Educação Profissional, apresentando as estratégias estabelecidas para os estudantes e também para os estudantes com deficiência.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A investigação desenvolvida por Hahn *et al* (2018), aproxima sobremaneira desse trabalho, visto que os autores, realizaram um estudo de caso com levantamento de dados a partir de entrevistas com gestores da instituição, análise de documentos e depoimentos de membros das empresas, dos alunos/deficientes e de seus familiares. Na referida pesquisa, a ONG DuProjectus capacita os deficientes para atuarem no mercado de trabalho, com participação das APAEs e empresas da região, sendo função da ONG todo o processo de encaminhamento e acompanhamento desses alunos deficientes. Esse dado é importante, pois reflete, que não somente no estado de Goiás, mas em outros estados do Brasil, a parceria entre instituições é elemento fundamental para inserção do deficiente no trabalho. Os autores também versam sobre a APAE, afirmando que

[...] o **cadastro das PCDs** é realizado em parceria com duas APAEs, a de Palhoça e a de Biguaçu. Esta instituição foi escolhida pela ONG por sua experiência e credibilidade, pois é uma das principais redes de tratamento qualificado de pessoas com deficiência. Assim, o processo de busca das pessoas para o mercado de trabalho conta com a participação dos profissionais que trabalham nas APAEs. Aliás, de modo geral são eles que ministram os cursos na ONG. Portanto, a partir do momento em que uma pessoa se interessa por fazer um curso de capacitação para se tornar empregável, avisa sua família que, por sua vez, faz o contato com a ONG. Quando a família procura a ONG é proposta uma reunião desta com a diretoria. Nela, os familiares da PCD podem dirimir dúvidas e expressar suas preocupações/inquietações quanto à atividade laboral proposta (HAHN *et al*, 2018, p. 109).

Na estrutura organizacional, a capacitação das PCD's na ONG possui dinâmica e rotinas próprias, em que a PCD "passa 4 horas por dia, durante 3 dias por semana na empresa que a contratou; e 2 dias em cursos que visam melhor capacitá-las para realizar sua atividade laboral com êxito" (HAHN *et al*, 2018, p. 110). No artigo, os autores apresentam que, os cursos oferecidos pela ONG têm parceria com as APAEs na busca por educar os alunos a agirem e interagirem no dia a dia da empresa, fato esse que se assemelha ao Programa FIT desenvolvido pela Escola Maria Montessori da APAE-Anápolis.

O Programa Formação Inicial para o Trabalho

Após as etapas de práticas desta investigação, a saber: visita e observação *in loco*; desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas e registros de imagem e vídeo; pôde-se verificar que as práticas educativas reali-

zadas dentro dos módulos do Programa de FIT da APAE-Anápolis evidenciam que os estudantes entram em contato e desenvolvem todas as etapas dos processos produtivos de cada oficina, compreendendo cada atividade e o motivo de estarem executando determinada técnica, unindo a prática à reflexão e aproximando o trabalho manual do trabalho intelectual.

Foi possível perceber que, mesmo o programa FIT assentando seus eixos norteadores em terminologias mercadológicas e empregatícias, as ações educativas dentro das oficinas e do EEJA aproximam-se de uma perspectiva formativa integradora, que orienta o educando na compreensão dos processos de trabalho como um todo, apresentando o seu início, seu meio e seu fim. O foco das atividades educativas desenvolvidas é a inclusão do estudante nas relações sociais do mundo do trabalho e não sua moldagem à uma técnica específica.

As observações *in loco* das atividades dentro das oficinas revelaram que a categoria trabalho é apropriada, por docentes e discentes, numa perspectiva que resgata o seu aspecto ontocriativo, o estudante construindo o seu próprio ser a partir de suas necessidades humanas, visto que o incentivam a desenvolver primordialmente a criação e não simplesmente a reprodução de uma prática.

De acordo com Ciavatta (2005), ao se defender a categoria trabalho como princípio educativo, tem-se a tentativa de superar a ideia, pautada no senso comum, de que a preparação para o desempenho de uma profissão se resume a simples ação de compreender e desenvolver uma técnica que restringe a formação profissional apenas ao seu aspecto técnico e operacional. Como resultado, busca-se a incorporação da dimensão intelectual para dentro do trabalho manual, formando trabalhadores mais conscientes.

Assim, as transformações que os estudantes impeliem sobre a matéria, ou seja, as ações sobre os tecidos na oficina de silcagem e na oficina de corte e costura, as transformações dos ingredientes em alimento na oficina de culinária, a reutilização do que seria lixo na oficina de reciclagem, a conversão da semente em tempero na oficina de horta e jardinagem e a transformação do ambiente sujo em ambiente limpo na oficina de limpeza objetivam desenvolver no sujeito a criatividade, a autonomia e a compreensão de todo o processo produtivo e não o simples preparo para uma profissão manual.

A percepção de que as práticas educativas inclusivas do trabalho como princípio educativo direciona as ideias de uma formação humana ontológica, que integre a dimensão de transformação e emancipação do indivíduo em sua articulação do trabalho, com a inclu-

são em uma dimensão não-formal. Ciavatta (2005) questiona no que se refere a uma formação integrada: “educar a todos ou a uma minoria, supostamente, mais apta ao conhecimento? A uns e a outros que tipo de educação deve ser dada de modo a atender às necessidades da sociedade?” (p.2). Nesse sentido, na historicidade da EPT no Brasil é que se observam as lutas políticas educacionais para compormos uma educação não assistencialista, mas compostas de uma formação integral e omnilateral a todos.

A omnilateralidade na constituição dessa pesquisa – estudantes do FIT em uma instituição que atua no campo da inclusão – significa que o ser do homem, sua capacidade de transformar a natureza, sua relação social, sua história, são fundantes para que trabalho e educação não sejam indissociáveis (SAVIANI, 2007). O programa FIT possibilita a vivência concreta do trabalho e educação na sua estrutura pedagógica e mediadora, possibilitando que o estudante tenha uma formação que perpassa as exigências mercadológicas, e sim, que seja incluso em todas as instâncias da sua vida.

A inclusão deve ter como perspectiva primordial a impossibilidade de existir pessoas iguais, sendo que as diferenças caracterizam o ser humano. Desta forma, esse ser único e singular se constitui como ser histórico diferente se relacionando socialmente conforme suas capacidades e especificidades. Compreendendo sim, que a pessoa com necessidade específica, também é indivíduo participante na história, política e sociedade. “O que o homem é, é-o pelo trabalho (...) É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico” (SAVIANI, 2007, p. 154).

De igual modo, o trabalho realizado com os estudantes do programa FIT tem como base educacional a inclusão. Sendo que a educação do aprendente com necessidade educacional especial só é possível se for específica para ele (DOMINGOS, 2005). Portanto, o papel da escola pode ser realizar intervenção capaz de proporcionar acesso ao conhecimento. Sendo importante perpassar o conceito de inclusão com sendo *apenas* o ato de *incluir*, pois, a realidade educacional deve ser pautada na necessidade de ir além do que preconiza leis e pensamentos ideológicos. Mas que sejam realizadas ações que perpassem teorias e práticas *mecanicistas* e que galguem espaços políticos e ampliação do *reconhecimento social* (grifos nosso).

Muitas vezes o contato com o conceito não ocorre de maneira e com o aprofundamento necessários. Assim, por tratar-se de um assunto que envolve a transformação de paradigmas, sendo acima de tudo um “[...] prin-

cípio ideológico em defesa da igualdade de direitos e do acesso às oportunidades para todos os cidadãos [...]” (OMOTE, 2003, p. 154). Nos dias de hoje, nas realidades escolares, verifica-se que o “fazer” da inclusão traduz-se numa multiplicidade de práticas permeadas pelas subjetividades desses profissionais da escola (professores, coordenadores, diretores). Em outras palavras, verifica-se que na prática escolar o conceito e a práxis da inclusão são permeados pelos entendimentos que os profissionais da escola têm sobre seu público alvo, formas de ensino e aprendizagem, formas de encaminhamentos e de avaliações, o que pode resultar em um descompasso entre teoria, prática e política (MATURANA, MENDES, 2017, p. 210, 211).

Dessa forma, é importante analisar como se inscreve a essência educativa do FIT nas relações da produção brasileira com o mundo do trabalho. Como ressalta Kuezer (1995) em sua tentativa de explicar o processo de formação para o trabalho - relação entre ensino e trabalho – e de evitar que o olhar sobre o trabalho recaia no reducionismo mecanicista e formalismo teórico, sem avançar na unidade teoria-prática e na discussão do cenário da realidade educacional brasileira, em particular, dos estudantes participantes do FIT – APAE/Anápolis.

De forma explícita foi possível compreender que o homem tem consciência que ele é desumanizado e distanciado do processo de produção do trabalho em sua dimensão biológica, cultural e intelectual e o capital tem o poder de mando e desmando. Entretanto, que um projeto de emancipação e transformação como o FIT parte de ações contra-hegemônicas como o propósito no objeto de pesquisa anunciado. O FIT tem a implicação de atuar na possibilidade de uma organização pedagógica na educação não-formal, nas relações educativas da/e/na sociedade. Kuenzer (1995) enfatiza a necessidade de superar a divisão do trabalho e a desigualdade na sociedade, sugerindo uma pedagogia do trabalho como forma de “manifestação superestrutural de determinada forma de organização da produção, como uma categoria que pode ser importante tanto para conservação das relações de produção capitalistas quanto para a sua superação” (1995, p.14).

Ou seja, se trata de pensar esse espaço da APAE – Anápolis de modo que compreenda a totalidade do trabalho bem como a relação pedagógica na formação ontológica dos estudantes, observando a sua condição cultural, histórica, social, política e moral. Não se trata de deixar de oferecer e mediar as habilidades e competências necessárias, mas de compreender a inserção dos estudantes no mundo do trabalho de forma a superar a perspectiva dual entre trabalho abstrato e

trabalho concreto, tecnocêntrico e antropocêntrico nas relações humanas centradas nos processos de formação pedagógica na seara da inclusão.

Pode-se compreender que o ensino profissional ofertado pela APAE-Anápolis aproxima-se dos ideais da educação integrada, a qual, segundo Ramos (2009), busca ofertar de forma orgânica e simultânea a formação geral e a formação profissional. Visto que juntamente ao ensino profissional do programa FIT, o estudante passa por um processo de escolarização, EEJA, visando desenvolver ao máximo as potencialidades do sujeito com deficiência intelectual. A APAE-Anápolis compreende que, para além da formação técnica, as noções básicas educacionais são agentes importantes para o ingresso do sujeito com necessidades específicas no mundo do trabalho. Em virtude desta percepção, esse estudante participa da Educação Especial de Jovens e Adultos cujo objetivo, segundo o documento norteador do programa, é alfabetizar as pessoas com defasagem de idade/ano escolar que não ingressaram ou concluíram os estudos devido à condição de déficit intelectual ou outras defasagens que caracterizam o estudante com Deficiência Intelectual/Múltipla.

Depreende-se, portanto, que os programas FIT associado à EEJA ofertados pela APAE Anápolis fundamentam-se no trabalho como princípio educativo bem como propicia que o sujeito com necessidades específicas desenvolva e associe, dentro de suas limitações, suas capacidades de trabalho manual e intelectual, aproximando-se de uma formação omnilateral.

Considerações finais

A trajetória de conquistas da pessoa com deficiência deve ser pautada na busca por valorizar o humano e estabelecer seus direitos fundamentais, sendo que a “Dignidade e Justiça para todos Nós”, expressão cunhada pela Organização das Nações Unidas, objetiva a dignidade e a justiça, possibilitando que a pessoa possa ser *igual* mesmo em sua *diferença* (grifo nosso) (MAIOR, 2008, p. 20). Lembrando que, conforme Sasaki (2009, p. 10), incluir é o “processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda diversidade humana”.

Se, no entanto, é garantido ao deficiente no PNE uma formação pública e continuada, a Escola Maria Montessori da APAE-Anápolis, como entidade sem fins lucrativos, busca alcançar o regime de colaboração que visa reduzir a vulnerabilidade do deficiente e inseri-lo na sociedade.

Considerando o recorte de revisão apresentado nesse estudo, pôde-se perceber que a APAE-Anápolis

se difere da ONG DuProjectus no quesito organizacional, pois esta apresenta como responsável por todo fluxo preparatório do estudante, desde a atenção à saúde, até o acompanhamento educacional e preparação para o mundo do trabalho.

De modo geral, esse estudo permitiu, a partir da vivência experimental, observar que as práticas educativas inclusivas do programa em investigação compreendem o ensino não-formal, reconhecendo a diversidade no mundo do trabalho e viabilizando uma sociedade inclusiva; permitindo ao estudante participar do processo produtivo como um todo, retomando a face ontocriativa do trabalho; bem como corroborar para a inclusão do sujeito com deficiência intelectual no mundo do trabalho.

A face ontocriativa do Programa FIT é observada a partir da historicidade do tema proposto – inclusão e EPT – e evidenciada desde o momento em que são planejadas as oficinas, visto que se observa o contexto histórico, cultural e social dos estudantes. O intuito da pesquisa foi observar as práticas educativas, as dimensões de formação dos estudantes participantes do FIT e as questões pedagógicas na formação para o trabalho dos sujeitos com deficiência. Há que se contextualizar que o estudante aqui situado a todo tempo é um sujeito educativo, que anseia pelo desenvolvimento de sua capacidade de criação, ou seja, sua capacidade ontocriativa, bem como o desenvolvimento das condições de atuar como emancipador das relações de trabalho excludentes desenvolvidas na sociedade brasileira.

Percebe-se que o Programa FIT, por estar inserido em uma sociedade capitalista, não consegue desvencilhar-se das terminologias mercadológicas, as quais se fundamentam numa perspectiva de ‘adestramento’ do sujeito ao processo de trabalho. Estas influências da ideologia burguesa estão presentes em grande parte dos documentos que norteiam o programa, contudo – para a felicidade dos que anseiam uma formação para o trabalho emancipadora – percebe-se que a materialização do programa nas oficinas se dá numa proposição diametralmente oposta.

As oficinas de horta e jardinagem, corte e costura, limpeza, silcagem, culinária, reciclagem associadas ao EEJA tem com primado o máximo desenvolvimento das potencialidades - latentes - do sujeito com deficiência, aproximando-se, portanto, dos ideais de uma formação humana omnilateral. Assim, o objetivo do programa, em essência, está para além do aspecto empregatício e visa utilizar o trabalho como princípio não apenas educativo, mas, principalmente, inclusivo, visto que é por meio da apropriação dos processos de trabalho dentro das oficinas que os educandos são inseridos no

mundo do trabalho, ou seja, são inseridos nas relações de produção da existência humana. Frente a esta característica, pode-se concluir que o Programa Formação Inicial para o Trabalho expressa, em essência, o trabalho como princípio educativo bem como propicia que o sujeito com necessidades específicas desenvolva e associe, dentro de suas limitações, suas capacidades de trabalho manual e intelectual.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico** de Transtornos Mentais: DSM-5. Trad. Maria Inês Côrrea Nascimento. 5.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho. 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- APAE. **Escola**. 2017. Disponível em: <https://www.apaeaps.org.br/escola>. Acesso em 27 de março de 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Instituto Nacional do Seguro Social. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. 27 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>. Acesso em: 08/08/2018
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**. 2005, Ano 2. Disponível em <file:///D:/Dados/Edmo/Downloads/A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20INTEGRADA.pdf>. Acesso em 27/03/2018.
- DOMINGOS, M. A. **A escola como espaço de inclusão**: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2005
- GOMES, A L., FERNANDES, A. C., BATISTA, C. A. M, SALUSTIANO, D. A., MANTOAN, M. T. E., FIGUEIREDO, R. V. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência mental**. In: Secretaria de Educação Especial e a Secretaria de Educação a Distância. Universidade Federal do Ceará. SEESP/SEED/MEC. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf. Acesso em 27 de março de 2018.
- MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica**: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, ano 23, vol. 2, 2007
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**: As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MAIOR, I. M. M. L. Apresentação. In: RESENDE, A. P. C.; VITAL, F. M. P. (org.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 164 p., 2008. pp. 20-22.
- MANACORDA, M. A. Marx e a formação do homem. **Revista HISTEDBR On-line**, número especial, abr. 2011, p. 6-15. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639891>>. Acesso 28 mar. 2017.
- MATURANA, A. P. P. M.; MENDES, E. G. **Inclusão e deficiência intelectual**: escola especial e comum sob a óptica dos próprios alunos. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 209-226, out./dez. 2017
- RAMOS, M. N. (2009). Concepção do ensino médio integrado. In: Araújo, R; E. Teodoro, E. (Orgs). **Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública** Belém, PA: SEDUC-PA, 2009, p. 144-182.
- RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. In: Seminário sobre Ensino Médio. Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, Mossoró, 14 a 16 de agosto de 2017. Secretaria de Educação do Paraná, incorporado o Debate realizado no Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará 08 e 09 de maio de 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwi.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2017
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. In: **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.
- SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

CURRÍCULOS

* Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Goiás, com previsão de término em 2019. Especializada em Neuropsicopedagogia e Psicomotricidade pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2014). Pós-graduada em Artes pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2009), graduação em Musicoterapia pela Universidade Federal de Goiás

(2005) e graduação em Música Sacra pela Faculdade Teológica Batista de Brasília (2000). Atualmente atua como Musicoterapeuta no CRASA, unidade da APAE, Anápolis-GO. Tem experiência na área de Artes e Saúde, com ênfase em Musicoterapia e Regência Coral, atuando principalmente nos seguintes temas: musicoterapia, música, regência coral, canto, ensino e musicografia.

** Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, com pesquisa financiada pela FAPPEG. Possui graduação em Licenciatura em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (2017) e graduação em Química Industrial pela Universidade Estadual de Goiás (2012). Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/ANPEd. Membro Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Panecástica - Homem, Trabalho e Educação Profissional Tecnológica. Membro do Grupo de Pesquisas Kadjót - Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as relações entre as Tecnologias e a Educação. Atualmente é professora da Educação Básica - Secretaria de Estado de Educação do Estado do Mato Grosso. Tem experiência na área de Educação atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional e trabalho-educação.

*** Possui graduação em Filosofia pela FUNDACAO SAO MIGUEL ARCANJO (2013). Atuou como professor assistente da Faculdade Evangelica de Goianesia, ministrando Filosofia Geral e Filosofia Jurídica. Atualmente é professor assistente da Faculdade Serra da Mesa em Uruaçu-GO, onde também atua como coordenador de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Educação e Filosofia Jurídica. Atuou no Jornal O Universitário entre julho de 2008 e dezembro de 2015, editor a partir de junho de 2010 cursando Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFG - Anápolis.

**** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC - Goiás). Pós-doutoranda em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás/UEG (2001) e especialização em Metodologia do Ensino Superior, pela mesma universidade (2005). É mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás/PUC-Goiás (2008). É associada, desde 2007, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Educação/ANPEd. Profissionalmente, é Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Dedicção Exclusiva - e Pesquisadora. Atua como membro do Colegiado Docente do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em rede em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Goiás.